

Educação

29. Programa Municipal de Enriquecimento Curricular | 2024/2025

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de afetação do montante de 915 000, 00 € (novecentos e quinze mil euros) para implementação das atividades de enriquecimento curricular aos alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do Município de Braga. para o ano letivo 2024/2025, e a minuta de Protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre o Município de Braga, os Agrupamentos de Escolas e as Entidades Parceiras. Tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 86974

Data: 03/09/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Proposta de Programa Municipal de Enriquecimento Curricular | 2024/2025

PROPOSTA:

O Programa Municipal de Enriquecimento Curricular enquadra-se numa estratégia alargada de promoção do sucesso educativo e de qualificação dos tempos de permanência das crianças nas escolas, promovendo uma estreita articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio de apoio à família.

Considerando:

- a) a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente nº3 da alínea b) do artigo 11º, Capítulo II, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, em vigência desde 01 de abril de 2022 no que respeita à Educação no Município de Braga;
- b) o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e que revogou expressamente através do seu artigo 70º, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho;
- c) o artigo 39º, alínea c) do DL 21/2019, de 12 de agosto – “Escola a Tempo Inteiro - Compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente: Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.”;
- d) o artigo 40º, nº 2 do DL 21/2019, de 12 de agosto – “Organização e funcionamento - A supervisão pedagógica e a avaliação ... atividades de enriquecimento curricular cabe ao conselho pedagógico de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada.”.

Assim,

- a) considerando a necessidade do Município de Braga, enquanto entidade promotora, dar continuidade ao modelo de implementação do Enriquecimento Curricular adotado no sexénio letivo 2018/2024, tendo em consideração a avaliação efetuada pela Direção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga;
- b) atendendo ao artigo 41º do DL 21/2019, de 12 de agosto, o qual remete para decreto-lei próprio, Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, institui o respetivo regime específico aplicável aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que define as regras a observar:

- organização, funcionamento e oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), artigo 1º,
- nos termos do artigo 15º, alínea b), as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das AEC,
- possibilidade das entidades promotoras poderem constituir parcerias com outras entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, artigo 14º,

nos termos do artigo 15º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular (AEC), estabelecem Protocolos de Colaboração Tripartidos com os respetivos Agrupamentos de Escolas e Entidades Executoras.

Face ao exposto, e no pressuposto do prévio cumprimento do disposto na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, conjugada com o Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, a implementação do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular, para o ano letivo de 2024/2025, envolve:

6 100 alunos do 1º CEB, da rede pública do concelho de Braga;

62 estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública englobados em 12 (doze) Agrupamentos de Escolas e 1 (uma) Escola Não Agrupada:

- Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio
 - Agrupamento de Escolas André Soares
 - Agrupamento de Escolas Braga Oeste
 - Agrupamento de Escolas Carlos Amarante
 - Agrupamento de Escolas Celeirós
 - Agrupamento de Escolas D. Maria II
 - Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
 - Agrupamento de Escolas Maximinos
 - Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado
 - Agrupamento de Escolas Real
 - Agrupamento de Escolas Sá de Miranda
 - Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria
 - Escola Não Agrupada - Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga;
- 9 (nove) Entidades Parceiras (executoras do Programa de Enriquecimento Curricular):
- Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros
 - Associação Social e Cultural de Sobreposta
 - Associação Tempos Brilhantes
 - Casa Povo de Este
 - CEA – Cooperativa de Ensino Artístico
 - Conservatório Bomfim
 - Cooperativa de Solidariedade Social Múltipla Escolha, C.R.L.
 - EduClick Eventos Educativos, Lda
 - José Óscar Lopes Unipessoal, Lda

De acordo com a legislação em vigor, as atividades de enriquecimento curricular (AEC), de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidem nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio e de dimensão europeia na educação, pelo que a sua frequência é gratuita e facultativa, sendo deliberado em sede de Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada os domínios de oferta das AEC, as respetivas durações diária e semanal, mediante parecer do Conselho Pedagógico e auscultação da Entidade Promotora.

Mais se informa que:

- a implementação do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2024/2025 envolve a realização de despesa a cargo do Município de Braga no montante 915 000, 00 € (novecentos e quinze mil euros);
- o investimento global subdivide-se em 10 (dez) tranches de pagamento mensal às Entidades Executoras.

Observação: Junto se anexa Minuta do Protocolo tripartido de Colaboração.

O (a) Técnico(a)

Anexos:

- 1. Proposta de Minuta do Protocolo tripartido de Colaboração**



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
ANO LETIVO 2024/2025

Entre:

O **Município de Braga**, adiante designada por «Entidade Promotora», pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede em Praça Municipal, 4700-435 Braga, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Braga, no presente ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

O **Agrupamento de Escolas** _____, adiante designado por «Agrupamento», pessoa coletiva de direito público NIPC _____, com sede em _____, 0000-000 _____, no presente ato representado pelo(a) Diretor(a), _____.

E

_____, adiante designada por «Entidade Parceira», pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, 0000-0000 _____, no presente ato representada pelo seu Presidente/Diretor(a) _____.

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, adiante designado por “Protocolo”, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (doravante «AEC»), que é integrado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Protocolo regula a parceria entre a Entidade Promotora, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Parceira, com o objetivo de implementar as Atividades de Enriquecimento Curricular, adiante designado “AEC”, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015 (2.ª série) de 24 de agosto, nos seguintes estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico pertencentes ao Agrupamento:

Escola Básica de _____

Escola Básica de _____

Escola Básica de _____

(a listar todas as Escolas do 1ºCEB envolvidas)

2. Estão abrangidos pelo presente Protocolo todos os alunos matriculados, por ano de escolaridade, nos estabelecimentos de ensino identificados no número anterior.

3. Nas interrupções letivas, bem como nos feriados, não haverá lugar às AEC.

Cláusula 2.ª

(Princípios Orientadores)

1. As AEC desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento, atendendo ao contexto da escola e com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, que constam do Plano Anual de Atividades.

2. Adoção da metodologia de trabalho de projeto a desenvolver, de forma integrada nos três domínios de atividade, em torno do tema aglutinador definido pela Entidade Promotora.

3. As Escolas do 1º ciclo do ensino básico, mencionadas no ponto 1. da cláusula 1ª, desenvolvem as Atividades de Enriquecimento Curricular, cuja duração semanal, oferta de atividades e parcerias são deliberadas em sede de Conselho Geral, de _____, do Agrupamento.

I. As AEC, por domínio de atividade, e a respetiva duração semanal são as seguintes:

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)

II. As AEC são oferecidas ao seguinte número de alunos, por ano de escolaridade, nelas inscritos em cada uma das Escolas:

Escola Básica de _____

Designação da AEC	Ano de escolaridade	N.º de alunos

- III. O número de horas necessários por atividade e estabelecimento de ensino são as mencionadas no quadro abaixo:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	N.º total de horas (hora = 60 minutos)

- IV. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	Local de funcionamento

(Listar todas as escolas envolvidas e todos os espaços utilizados)

Cláusula 3.ª

(Comparticipação Financeira)

- O cálculo dos custos para a implementação do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular, para o ano letivo 2024/2025, tem por base o valor do financiamento previsto no artigo 20º da Portaria nº 644-A/2015, de 25 de agosto.
- A participação financeira a atribuir à Entidade Parceira corresponde ao valor estimado de _____ € (_____ euros), para apoiar a execução das AEC, no período de 01 de setembro de 2024 a 30 de junho de 2025, tendo por base uma estimativa anual do número de alunos em cada estabelecimento de ensino, por ano de escolaridade, correspondendo à soma dos valores parciais.
- A participação financeira constante do número anterior será efetuada mediante a transferência de verbas à Entidade Parceira, em 10 (dez) prestações mensais.
- A transferência mensal só será efetuada mediante o cumprimento do disposto na alínea r), número 3., cláusula 4ª.
- O valor total estimado, mencionado no nº 2 da presente cláusula, poderá ser ajustado, em função das frequências reais apuradas ou por imposição legal.

Cláusula 4.ª

(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

- a)** Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Parceira de acordo com a planificação aprovada em Conselho Geral, sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Assegurar com as Partes Outorgantes a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e dos espaços adequados ao desenvolvimento das AEC, assegurando uma boa prestação das mesmas e a existência das condições apropriadas de funcionamento e segurança das instalações;
- c)** Colaborar com as Partes Outorgantes do presente protocolo no desenvolvimento das AEC;
- d)** Monitorizar o desenvolvimento das AEC procedendo, para o efeito, à elaboração de inquéritos de avaliação e controlo, visitas *in loco*, bem como solicitar as informações e/ou esclarecimentos que entenda necessários;
- e)** Proceder ao tratamento de dados, no âmbito da execução do presente Protocolo, em total cumprimento pelo disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;
- f)** Proceder à Transferência de verbas, nos termos constantes na Cláusula Terceira do presente Protocolo.

2. O Agrupamento de Escolas compromete-se, sem prejuízo do mencionado na Portaria nº644-A/2015, de 24 de agosto, a:

- a)** Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com a Entidade Promotora e a Entidade Parceira, de acordo com a planificação aprovada em Conselho Geral, sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Proceder ao levantamento do número de alunos que pretendem frequentar as AEC, no ato da inscrição/matrícula em cada estabelecimento de ensino do 1º CEB;
- c)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira;
- d)** Facultar os espaços necessários à realização das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- e)** Partilhar os recursos humanos e técnico-pedagógicos (nomeadamente, material didático e equipamentos);
- f)** Acionar, nos termos da lei, o seguro escolar, no âmbito do desenvolvimento das AEC, bem como nos trajetos para ida e de volta em atividades realizadas fora das instalações escolares.
- g)** Colaborar com as Partes Outorgantes do presente Protocolo na coordenação das AEC,
- h)** Indicar à Entidade Promotora e à Entidade Parceira o nome do docente responsável pela supervisão pedagógica e acompanhamento das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a necessária articulação com as atividades curriculares, nomeadamente:

- I. promovendo a integração das AEC no Projeto Educativo do Agrupamento;
 - II. envolvendo os Professores Titulares de Turma no planeamento e acompanhamento da execução das atividades e na sua supervisão pedagógica;
 - III. criando mecanismos de comunicação e articulação entre os Professores Titulares de Turma e os Técnicos das AEC;
- i) Colaborar com a Entidade Promotora na melhoria da sustentabilidade ambiental e social;
 - j) Proceder ao tratamento de dados, no âmbito da execução do presente Protocolo, em total cumprimento pelo disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

3. A Entidade Parceira compromete-se a:

- a) Assegurar as AEC todos os dias letivos, de acordo com o calendário escolar;
- b) Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento, de acordo com a planificação aprovada em Conselho Geral, sob proposta do Conselho Pedagógico;
- c) Desenvolver um trabalho de Projeto que se enquadre na temática “Cultura, Arte e Património Local”;
- d) Colaborar/participar ativamente nas iniciativas/eventos promovidas pela Entidade Promotora e/ou Agrupamento;
- e) Garantir, em articulação com o Agrupamento, a frequência das AEC a todos os alunos matriculados no estabelecimento de ensino onde esta se desenvolve, sempre que a inscrição seja solicitada pelo respetivo Encarregado de Educação;
- f) Afetar os recursos humanos e materiais necessários e adequados ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa execução das mesmas, cumprindo as devidas condições de funcionamento e segurança;
- g) Envolver o Agrupamento no processo de seleção dos Técnicos a afetar às AEC;
- h) Apresentar ao Diretor do Agrupamento o certificado do registo criminal dos Técnicos AEC em exercício das suas funções, de forma a aferir a idoneidade para o exercício das suas funções uma vez que envolvem o contacto com menores (nº1 e 2 do artigo 2º da Lei nº 113/2009, de 17 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 103/2015, de 24 de agosto);
- i) Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento, no estreito cumprimento das decisões em Conselho Geral;
- j) Respeitar as regras de segurança nos espaços onde se desenvolvem as AEC, de acordo com o previsto na lei aplicável;
- k) Zelar pelos espaços utilizados nas AEC, incluindo a arrumação e limpeza dos mesmos, decorrentes das atividades;
- l) Colaborar com as Partes Outorgantes do presente Protocolo na coordenação das AEC;

- m)** Informar por escrito a Entidade Promotora e o Agrupamento de qualquer facto ou ocorrência que possa constituir alteração ou extinção do funcionamento das AEC;
- n)** Remeter à Entidade Promotora e ao Agrupamento, até 01 de outubro de 2024, o mapa de recursos humanos afetos às AEC, e atualizar a informação sempre que se verifique a sua alteração.
- o)** Colaborar com a Entidade Promotora na melhoria da sustentabilidade ambiental e social;
- p)** Proceder ao tratamento de dados, no âmbito da execução do presente Protocolo, em total cumprimento pelo disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
- q)** Em contexto extraordinário que implique o afastamento das aulas presenciais, assegurar as atividades de forma assíncrona e síncrona, adequando as metodologias adotadas incluindo a replanificação, produção e efetivação de instrumentos diversificados, de acordo com os interesses do Agrupamento;
- r)** Obrigatoriedade de registar os sumários das atividades desenvolvidas na plataforma SIGA, até ao dia 05 (cinco) do mês seguinte.

Cláusula 5.ª

(Entrada em Vigor e Duração)

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao término das atividades letivas.

Cláusula 6.ª

(Revisão do Protocolo)

- 1.** O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:
 - I.** ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
 - II.** a revisão seja indispensável para adequar o Protocolo aos objetivos prosseguidos;
 - III.** em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes;
 - IV.** ocorram alterações à legislação vigente sobre a matéria em apreço.
- 2.** Quaisquer alterações ao presente Protocolo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas Partes Outorgantes, sempre que o julguem conveniente para a modificação ou adequação às exigências das AEC e da parceria.

Cláusula 7.ª

(Cessação do Protocolo)

1. O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das Partes Outorgantes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.
2. O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se as Partes Outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.

Cláusula 8.ª

(Lei aplicável)

1. Nos casos omissos no presente Protocolo será aplicável a lei geral portuguesa.
2. Para apreciação e resolução das questões emergentes do presente Protocolo será competente a Assembleia Municipal de Braga.

O presente Protocolo é celebrado em

_____, ____ de _____ 2024

A Entidade Promotora

O Presidente

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Agrupamento de Escolas

O/A Diretor/a

()

A Entidade Parceira

()